

**Desenvolvido por:**

**Chefe da Divisão de Avaliação e Acompanhamento:**

Célio Martins Correia

**Seção de Análise Orçamentária**

Jorge Nocello de Souza Junior

Renato Lima Cavalcante

**Seção de Acompanhamento de Custos**

Luciana Formiga Rodolfo Vasconcelos

Larissa Regina dos Santos Cruz

**APROVADO:**

**Chefe do Departamento de Orçamento e Finanças**

Hilton Muniz de Almeida

## Relatório de Atividades da Unidade Gestora

### ÍNDICE

|  |    |
|--|----|
| 1 - INTRODUÇÃO .....   | 3  |
| 1.1 – VISÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MPDFT .....  | 3  |
| 2 – RELATÓRIO DAS AÇÕES .....  | 5  |
| 2.1- DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO .....                          | 5  |
| 2.1.1 PESSOAL ATIVO .....  | 6  |
| 2.1.2 CERIMONIAL .....   | 10 |
| 2.1.3 DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL.....  | 11 |
| 2.1.4 AÇÕES INSTITUCIONAIS .....   | 13 |
| 2.1.5 LIVROS E PERIÓDICOS.....   | 16 |
| 2.1.6 EXPEDIENTE .....   | 16 |
| 2.1.7 MANUTENÇÃO DA FROTA.....   | 18 |
| 2.1.8 MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS.....   | 19 |
| 2.1.9 INFORMÁTICA .....  | 20 |
| 2.2 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MPU .....                                     | 22 |
| 2.3 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICA.....                              | 24 |
| 2.3.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL .....   | 24 |
| PROCEDIMENTO.....  | 24 |
| 2.3.2 ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO.....   | 25 |
| 2.4 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS .....                            | 28 |
| 2.5 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....                              | 29 |
| 2.6 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS.....         | 31 |
| 2.7 - PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA .....  | 32 |
| 2.8 –CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE ..... | 36 |
| 2.9 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM PLANALTINA.....          | 38 |
| 2.10 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM SAMAMBAIA.....               | 40 |
| 2.11 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO PARANOÁ .....                | 42 |
| 2.12 – CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO ED.SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF .....             | 43 |
| 3 - RESULTADO DA ATIVIDADE FIM DA UNIDADE GESTORA.....                                 | 44 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....   | 49 |
| 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....  | 49 |
| 5-ANEXOS.....  | 51 |
| 5.1 – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....                                     | 52 |
| 5.2 – CRONOGRAMA DE OBRAS.....   | 66 |
| 5.3 – ESTATÍSTICA DE PROCESSO. ....  | 70 |
| 5.4 – INDICADORES DE DESEMPENHO.....   | 71 |
| 5.5 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.....  | 83 |

## **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA UNIDADE GESTORA**

### **1 - INTRODUÇÃO**

Tendo em vista a necessidade de transparência na gestão dos recursos públicos e o compromisso da prestação de contas à sociedade, elaborou-se o presente relatório no sentido de garantir, a quem for de interesse, o direito à informação e ao controle social.

Nesse contexto, discriminamos aqui a utilização da dotação orçamentária aprovada pela Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, no que tange ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). Para tanto, demonstramos as atividades e os projetos que norteiam os objetivos da Instituição, bem como apresentamos, por Plano Interno, a execução orçamentária do exercício de 2005, detalhada por elemento de despesa, em cada programa de trabalho.

#### **1.1 – VISÃO GERAL DO ORÇAMENTO DO MPDFT**

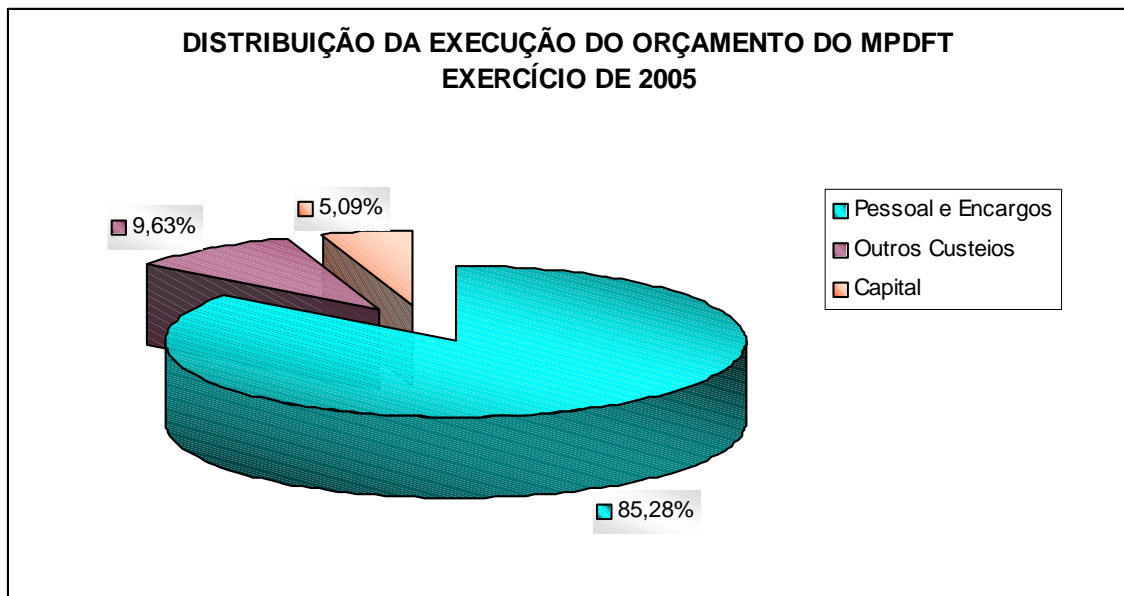
Ao longo do ano de 2005 foram disponibilizados ao Órgão, a título de orçamento e de créditos adicionais, um total de R\$ 255.279,2 mil dos quais R\$ 2.051,7 mil (ou 0,8%) foram contingenciados, restando disponíveis para execução R\$ 253.227,5 mil.

A distribuição desses recursos entre os itens Pessoal, Custeio e Capital encontra-se discriminada no quadro a seguir, no qual a comparação entre as colunas *c* e *f* permite avaliar a consonância entre a alocação proposta inicialmente e a execução real apurada.

**Dotação orçamentária e execução do exercício de 2005**

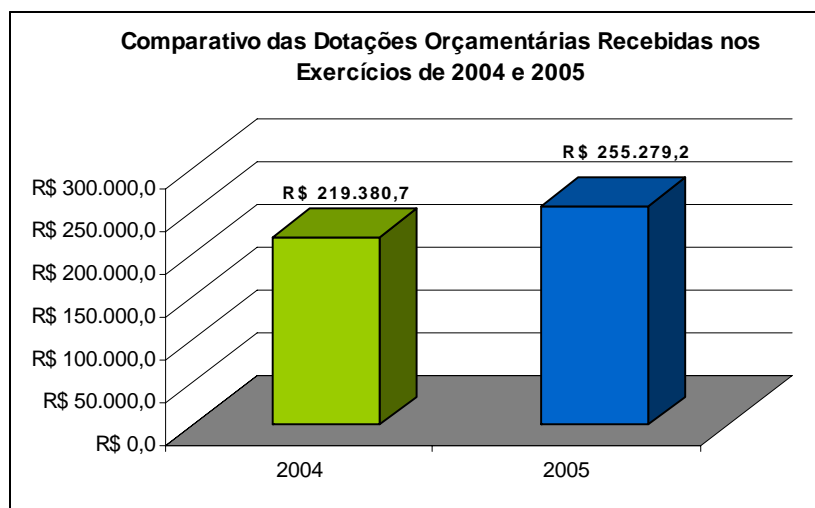
R\$ mil

| DISCRIMINAÇÃO<br>(a)             | LEI<br>n.º<br>11.100/05<br>(b) | LEI<br>+<br>Créditos<br>(c) | EXECUÇÃO               |                             |                  | Destques<br>Concedidos<br>(g) | Recursos<br>Contingenciados<br>(h) |
|----------------------------------|--------------------------------|-----------------------------|------------------------|-----------------------------|------------------|-------------------------------|------------------------------------|
|                                  |                                |                             | No<br>Exercício<br>(d) | Restos<br>a<br>Pagar<br>(e) | Total<br>(f=d+e) |                               |                                    |
| <b>Pessoal e Encargos</b>        | <b>163.538,4</b>               | <b>215.726,9</b>            | <b>215.562,6</b>       | <b>-</b>                    | <b>215.562,6</b> | <b>-</b>                      | <b>-</b>                           |
| Pessoal Ativo                    | 111.639,9                      | 154.273,5                   | 154.159,0              |                             | 154.159,0        |                               |                                    |
| Inativos e Pensionistas          | 29.900,3                       | 32.205,1                    | 32.164,6               |                             | 32.164,6         |                               |                                    |
| Regime de Previdência            | 21.998,2                       | 29.248,3                    | 29.239,0               |                             | 29.239,0         |                               |                                    |
| <b>Outros Custeios e Capital</b> | <b>38.459,3</b>                | <b>39.552,3</b>             | <b>29.383,4</b>        | <b>7.836,3</b>              | <b>37.219,7</b>  | <b>222,8</b>                  | <b>2.051,7</b>                     |
| Outros Custeios                  | 25.984,0                       | 25.984,0                    | 22.573,0               | 1.775,4                     | 24.348,3         | 222,8                         | 1.401,7                            |
| Capital                          | 12.475,4                       | 13.568,4                    | 6.810,4                | 6.060,9                     | 12.871,3         |                               | 650,0                              |
| <b>Provisões recebidas</b>       | <b>-</b>                       | <b>-</b>                    | <b>30,0</b>            | <b>50,0</b>                 | <b>80,0</b>      | <b>-</b>                      | <b>-</b>                           |
| Outros Custeios                  | -                              | -                           | 30,0                   | 50,0                        | 80,0             |                               |                                    |
| <b>Total</b>                     | <b>201.997,7</b>               | <b>255.279,3</b>            | <b>244.976,0</b>       | <b>7.886,3</b>              | <b>252.862,3</b> | <b>222,8</b>                  | <b>2.051,7</b>                     |



De fato, a execução do MPDFT neste exercício mostrou-se bastante próxima ao valor esperado, sugerindo que o planejamento realizado anteriormente à solicitação dos recursos foi efetuado adequadamente e atendeu às necessidades prioritárias do Órgão sem incorrer em sobras orçamentárias significativas. Assim, com o subsídio desse planejamento, foram executados 99,85% do orçamento recebido equivalentes ao total de R\$ 252.862,3 mil.

Cabe observar que a dotação disponibilizada no ano de estudo, comparativamente à do exercício anterior (2004), sofreu acréscimo da ordem de 16,36%, gerando conseqüente aumento no valor bruto da execução – uma diferença de R\$ 35.898,5 mil.



## **2 – RELATÓRIO DAS AÇÕES**

### **2.1- DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO NO PROCESSO JUDICIÁRIO**

Programa de trabalho voltado primordialmente ao atendimento à sociedade, englobando todos os recursos humanos e materiais necessários à continuidade das atividades meio e fim do Órgão.

A evolução orçamentária do programa durante o exercício de 2005 está demonstrada no quadro a seguir, no qual pode ser observado um saldo de recursos da ordem de R\$ 192,1 mil.

| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil   |
|-----------------------------|-----------|
| Dotação inicial             | 131.057,9 |
| Contingenciamento           | 1.121,0   |
| Crédito Suplementar         | 42.662,7  |
| Lei + Créditos              | 172.599,6 |
| Total Disponível            | 172.599,6 |
| Liquidado                   | 168.558,8 |
| Destaque Concedido          | 222,8     |
| Inscritos em Restos a Pagar | 3.625,9   |
| Saldo                       | 192,1     |

### 2.1.1 PESSOAL ATIVO

Como usualmente ocorre na administração pública, a execução na rubrica Pessoal Ativo – que este ano atingiu R\$ 154.159 mil – teve sua parcela mais expressiva no que se refere ao pagamento dos vencimentos, vantagens fixas e decisões administrativas e judiciais que geraram pagamento no exercício.

Além das despesas normais, destacamos aquelas que acarretaram pagamento de exercícios anteriores:

- Pagamento referente à diferença de VPNI (incorporação de décimos/quintos) dos anos de 1998, 1999, 2000, 2002 e 2004, frente ao Mandado de Segurança nº 2003.00.2008758-7 e à Decisão Administrativa do Procurador-Geral da República;
- Pagamento de anuênios retroativos;
- Pagamento de FC-Opção retroativa 2004;
- Pagamento de diferenças salariais diversas;
- Pagamento de Substituições;

Os quadros a seguir detalham mês a mês os gastos do Ministério Público do DF e Territórios com pessoal ativo no exercício de 2005:

**PESSOAL ATIVO**  
**RECURSOS LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO DE 2005**

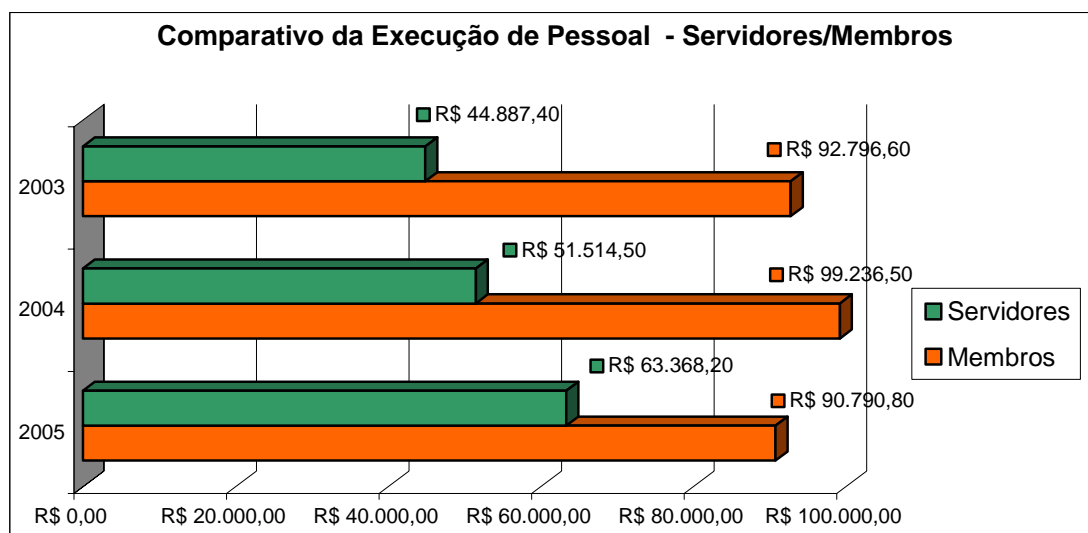
R\$ mil

| Meses        | Benefícios<br>(A) | Vencimentos<br>e Vant.<br>Fixas<br>(B) | Obrigações<br>Patronais<br>(C) | Despesas<br>Variáveis<br>(D) | Exercícios<br>Anteriores<br>(E) | Despesa<br>Requisitados<br>(F) |
|--------------|-------------------|--|--------------------------------|------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| JAN          | 260               | 16.521,46                              | 11,32                          | 1,58                         | 389,42                          | 0                              |
| FEV          | 780               | 7.643,09                               | 11,32                          | 64,47                        | 280,26                          | 0                              |
| MAR          | 780               | 8.459,15                               | 11,49                          | 86,97                        | 275,24                          | 3,07                           |
| ABR          | 520               | 8.713,24                               | 11,48                          | 80,72                        | 273,45                          | 25,12                          |
| MAI          | 1.080             | 8.870,59                               | 11,48                          | 60,68                        | 279,87                          | 24,71                          |
| JUN          | 600               | 12.560,26                              | 11,48                          | 74,58                        | 276,36                          | 10,93                          |
| JUL          | 1.050             | 21.501,62                              | 11,45                          | 45,06                        | 271,17                          | 10,93                          |
| AGO          | 600               | 10.053,87                              | 11,48                          | 212,43                       | 273,49                          | 21,72                          |
| SET          | 600               | 10.251,95                              | 11,45                          | 91,21                        | 489,27                          | 48,55                          |
| OUT          | 300               | 10.459,01                              | 11,45                          | 85,06                        | 318,63                          | 29,46                          |
| NOV          | 900               | 16.375,43                              | 21,13                          | 91,90                        | 891,77                          | 7,69                           |
| DEZ          | 1.200             | 10.568,76                              | 11,22                          | 97,74                        | 6.758,32                        | 73,30                          |
| <b>TOTAL</b> | <b>8.670</b>      | <b>141.978,4</b>                       | <b>146,7</b>                   | <b>992,4</b>                 | <b>10.777,2</b>                 | <b>255,5</b>                   |

| Discriminação da Despesa                     | Valor Pago       | Orçamento executado<br>% |
|--|------------------|--------------------------|
| Despesas normais do exercício<br>(A+B+C+D+F) | 143.381,8        | 92,9                     |
| Exercícios anteriores<br>(E)                 | 10.777,2         | 7,0                      |
| <b>Total Executado</b>                       | <b>154.159,0</b> | <b>99,9</b>              |
| <b>Orçamento para 2005 + Créditos</b>        | <b>154.273,5</b> | <b>100,0</b>             |
| <b>Saldo Orçamentário</b>                    | <b>114,5</b>     | <b>0,1</b>               |

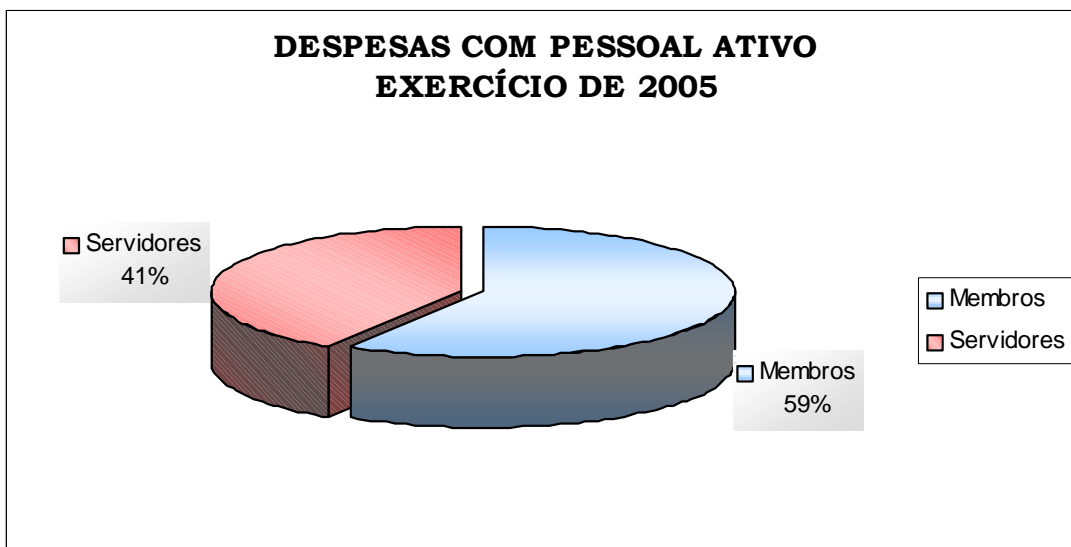
No exercício de 2005 foram liquidados R\$ 63.368,2 mil referentes ao pagamento de servidores e R\$ 90.790,8 mil com o pagamento de membros, havendo, comparativamente aos valores executados em 2004, um aumento de 23,0% nos recursos destinados a servidores e uma redução de 8,5% naqueles destinados a membros. A evolução pode ser acompanhada no gráfico a seguir:

## EVOLUÇÃO MENSAL DA DESPESA COM PESSOAL ATIVO EXERCÍCIO DE 2005

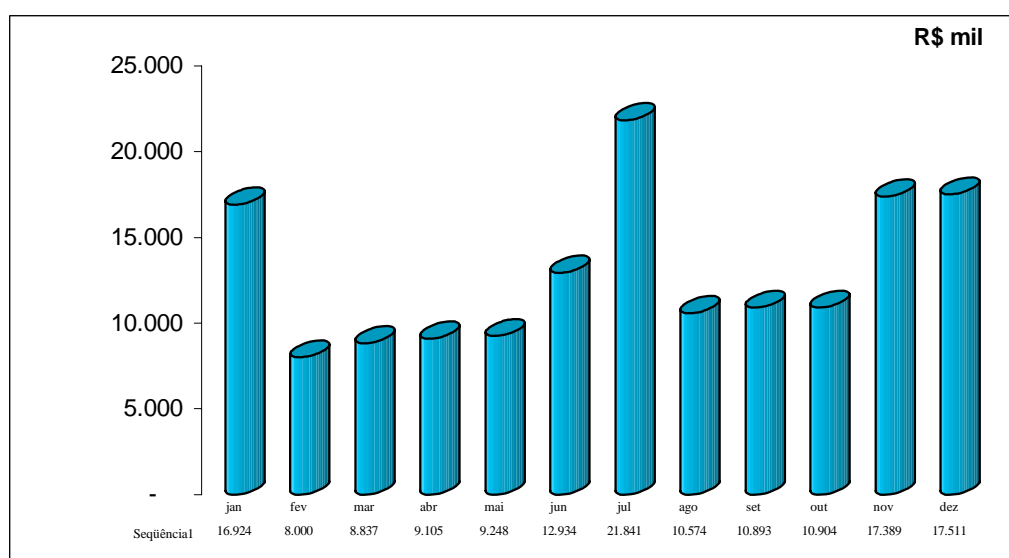


Ao longo dos últimos três anos observou-se o crescimento gradual na execução de recursos destinados a servidores. Esse fato deve-se à expansão do quadro de pessoal requerida pela também crescente demanda social pelos serviços prestados pelo MP. Embora essa expansão também seja verificada no quantitativo de membros, a execução referente a esses últimos sofreu leve redução, justificada pela existência de pagamentos específicos que não mais foram liquidados no exercício de 2005. Especificamente no último exercício, deixaram de ser executados recursos referentes às seguintes despesas:

- Pagamento referente à parcela de 11,98% pagas com juros e correção monetária a membros e servidores que não a haviam recebido;
- Devolução de retenções indevidas de tetos remuneratórios.



### EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL ATIVO EXERCÍCIO DE 2005



No tocante ao quantitativo de pessoal, foram computados 93 ingressos de servidores de carreira, dos quais 45 analistas e 48 técnicos, em diversas especialidades. O preenchimento desses cargos efetivos foi respaldado pela Lei nº 10.771/03, que autorizou o suprimento das carências de pessoal da Instituição ao longo do período compreendido entre os anos de 2004 e 2008.

De forma mais ampla, a variação total do quantitativo físico de pessoal, considerando ingressos e egressos, foi um acréscimo de 119 pessoas, sendo 106 servidores e 13 membros.

O quadro abaixo demonstra tais variações:

### Variação do Quantitativo Físico de Pessoal Ativo

| Membros                        | Unidade     |             |           |
|--------------------------------|-------------|-------------|-----------|
|                                | Dezembro/04 | Dezembro/05 | Variação  |
| Procuradores de Justiça        | 39          | 39          | 0         |
| Promotores de Justiça          | 203         | 227         | 24        |
| Promotores de Justiça Adjuntos | 93          | 82          | -11       |
| <b>Total Geral</b>             | <b>335</b>  | <b>348</b>  | <b>13</b> |

| Servidores                               | Unidade     |              |            |
|--|-------------|--------------|------------|
|  | Dezembro/04 | Dezembro/05  | Variação   |
| Quadro Permanente                        | 568         | 627          | 59         |
| Requisitados                             | 331         | 376          | 45         |
| Lotação Provisória outros Ramos do MPDFT | 11          | 11           | 0          |
| Lotação Provisória neste MPDFT           | 6           | 9            | 3          |
| Cedidos a outros Órgãos                  | 17          | 18           | 1          |
| Licença sem vencimento                   | 4           | 4            | 0          |
| Sem Vínculo                              | 13          | 12           | -1         |
| <b>Total Geral</b>                       | <b>950</b>  | <b>1.057</b> | <b>106</b> |

| Total Ativo               | Unidade     |              |            |
|---------------------------|-------------|--------------|------------|
|                           | Dezembro/04 | Dezembro/05  | Variação   |
| <b>Membros/Servidores</b> | <b>1285</b> | <b>1.405</b> | <b>119</b> |

#### 2.1.2 CERIMONIAL

O Plano Interno aprovou recursos da ordem de R\$ 6,9 mil para o desenvolvimento desta ação. Os gastos relacionados ao Cerimonial envolveram, principalmente, realizações em prol da concessão de ordem do mérito aos membros e homenagem aos servidores do MPDFT, tendo sido executados em sua plenitude conforme descrição abaixo:

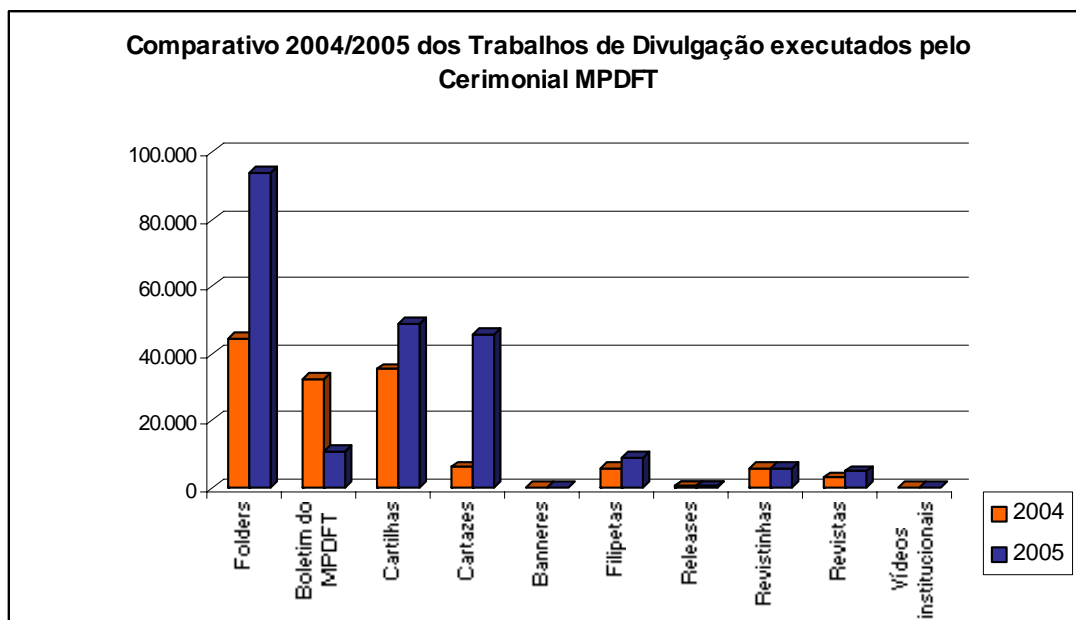
- R\$ 1,4 mil: 25 livros da ordem do mérito, confecção de fotolito, arte final e impressão;
- R\$ 0,9 mil: aquisição de *bottons* para identificação;
- R\$ 1,4 mil: 30 pastas almofadadas para uso do cerimonial;



social pelos serviços prestados pelo MPDFT e conseqüentemente impulsionando o crescimento do Órgão.

Para a divulgação dos eventos e das atividades desempenhadas pelos diversos setores, foram elaborados informativos com o intuito de atingir o público alvo indicado pelo solicitante. Para alcançar esse objetivo são produzidos boletins do MPDFT, *folders*, cartilhas, cartazes, *banners*, vídeos, entre outros, conforme discriminados a seguir:

| Trabalhos de Divulgação | QUANTIDADE            | QUANTIDADE            | Variação Percentual |
|-------------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|
|                         | (em unidades)<br>2004 | (em unidades)<br>2005 |                     |
| Folders                 | 44.700                | 94.000                | + 110,29%           |
| Boletim do MPDFT        | 32.416                | 11.000                | - 66,07%            |
| Cartilhas               | 35.500                | 49.000                | + 38,03%            |
| Cartazes                | 6.200                 | 45.700                | + 637,10%           |
| Banners                 | 9                     | 53                    | + 488,89%           |
| Filipetas               | 6.000                 | 9.000                 | + 50,00%            |
| Releases                | 441                   | 547                   | + 24,04%            |
| Revistinhas             | 6.000                 | 6.000                 | 0,00%               |
| Revistas                | 3.142                 | 5.000                 | + 59,13%            |
| Vídeos                  | 2                     | 19                    | + 850,00%           |



## 2.1.4 AÇÕES INSTITUCIONAIS

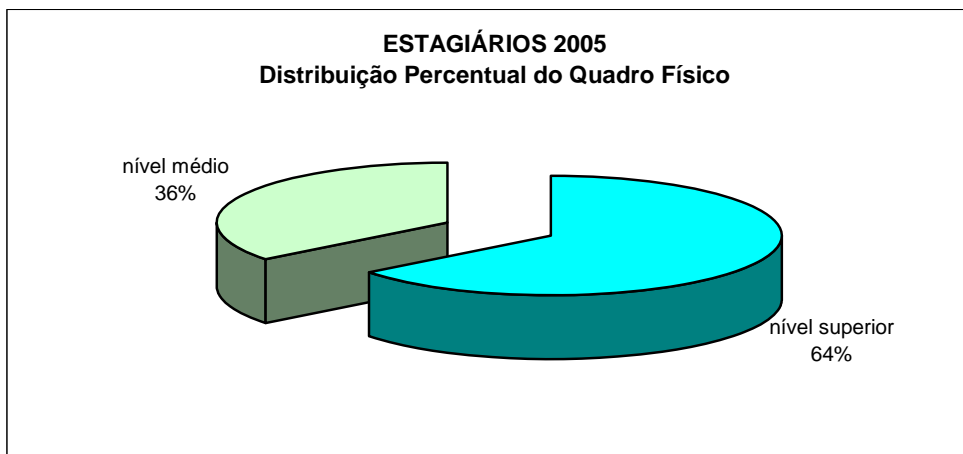
As ações institucionais têm a finalidade de dar suporte a membros e servidores, no que se refere ao pagamento de despesas específicas que possam surgir ao longo do desempenho de suas funções. Essas ações concretizam-se através da concessão de diárias, passagens, ajudas de custos, restituições, pagamento a colaboradores eventuais e estagiários, entre outros, contemplando ainda aquelas despesas que eventualmente se fazem necessárias no decorrer da realização das atividades do Órgão.

Para este atendimento, foram liquidados R\$ 1.747,1 mil, correspondentes a 97,97% da dotação de R\$ 1.783,2 mil destinada à conclusão dessas tarefas. O valor de R\$ 18,9 mil, inscrito em restos a pagar se refere às seguintes despesas:

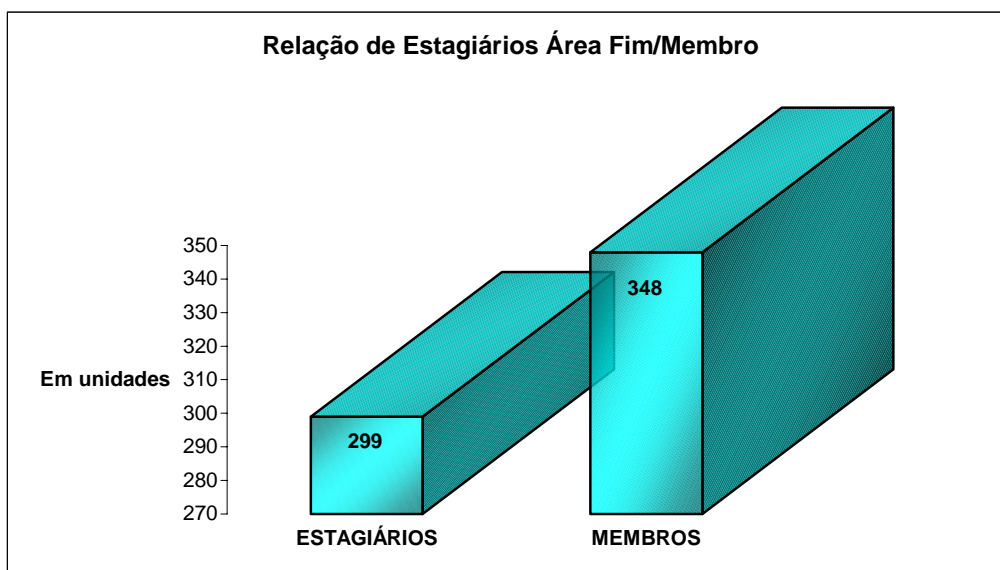
- Confecção de cartilhas R\$ 2,2 mil;
- Crachás R\$ 0,5 mil;
- Passagens R\$ 0,9 mil;
- Seguro de estagiários R\$ 0,5 mil;
- Jornal integração R\$ 1,5 mil;
- Serviços de orientação profissional e traduções R\$12,1 mil;
- Reprodução de documentos R\$ 1,1 mil.

É importante salientar a colaboração de 240 estagiários de nível superior e 133 de nível médio – números de dezembro – que além de ter acesso a novos conhecimentos, prestam importantes serviços ao Órgão. Essas despesas somaram, no exercício, R\$ 1.418,5 mil perfazendo 99,8% do total destinado a esta ação.

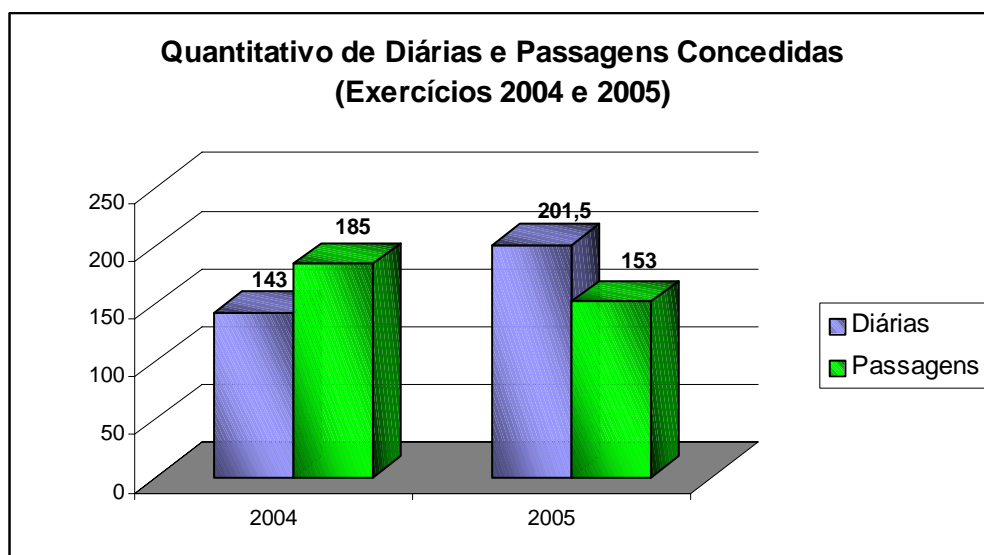
Evidencia-se no gráfico seguinte, o percentual de estagiários de nível médio e superior existentes no Órgão em 2005.



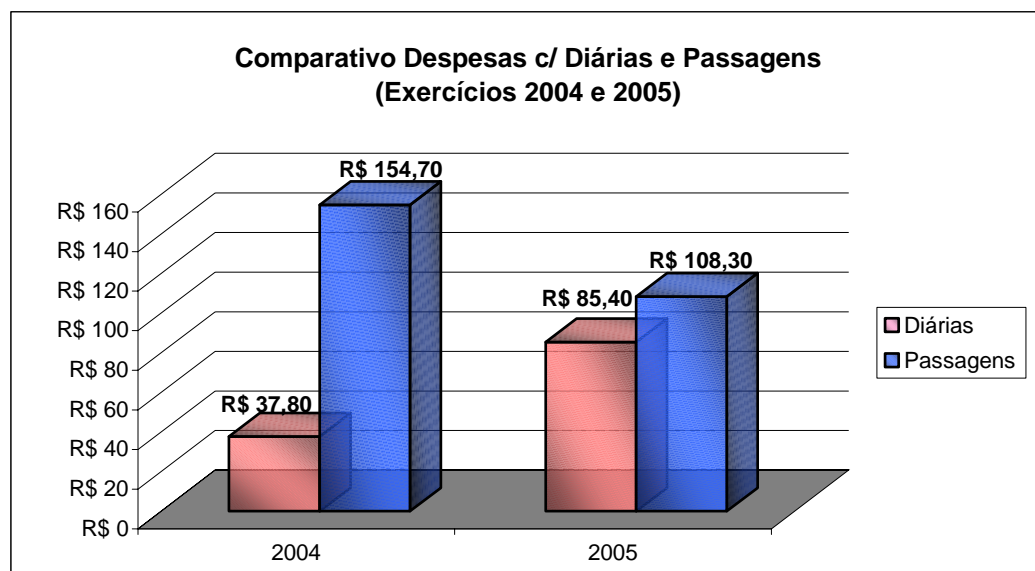
O quadro demonstrativo a seguir evidencia que a meta estabelecida pela Administração Superior (1 estagiário para cada membro) ainda não foi atingida, porém aproxima-se cada vez mais do ideal, visto que a relação estagiários/membros, considerando-se que 299 estagiários estão lotados na área fim, atinge 90%, sendo que este percentual era 85% em 2004.



Outra despesa relevante foi a concessão 201,5 diárias e 153 passagens nos valores de R\$ 85,4 mil e R\$ 108,3 mil respectivamente, permitindo o deslocamento de membros e servidores a eventos e cursos, contribuindo para o aperfeiçoamento e a representação do Órgão na sociedade.



(R\$ mil)



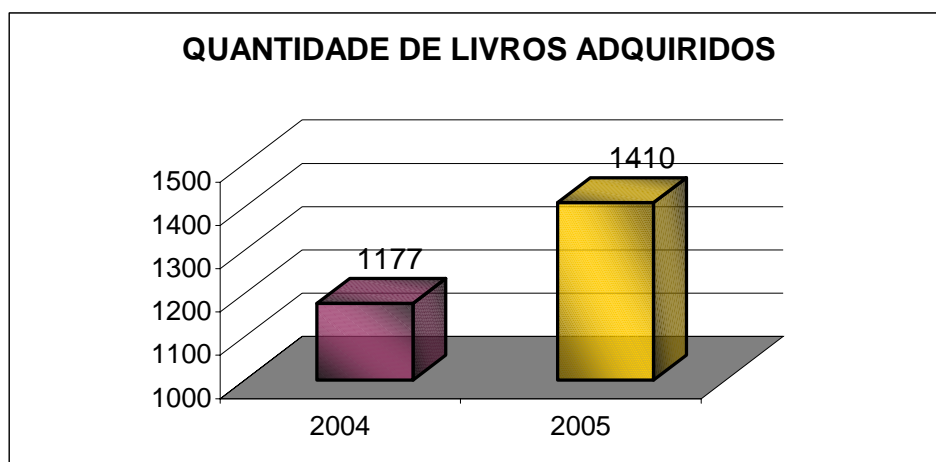
A comparação dos gráficos ressalta o significativo incremento (126%) das despesas com diárias frente ao aumento de apenas 40% em seu quantitativo. O crescimento dessa

despesa é justificada pelo disposto no art. 14 da Portaria PGR nº 443, de 15 de agosto de 2005 que, fazendo menção ao art. 227, inciso II, da Lei Complementar nº 75/93, vincula o valor da diária ao vencimento percebido pelo membro/servidor que a ela faz jus.

### **2.1.5 LIVROS E PERIÓDICOS**

Com o objetivo de munir-se das informações necessárias à consecução de suas atividades, o Ministério Público utilizou ao longo do exercício R\$ 205 mil, dos quais R\$ 147,8 mil destinados à manutenção de assinaturas e R\$ 57,2 mil referentes à compra de 1.410 livros – 233 exemplares a mais que no ano anterior. A aquisição desse material, normatizada pela Portaria PGJ nº 1886 de 13 de outubro de 2004, possibilitou o atendimento a 13.500 pessoas, com uma média diária superior a 56 atendimentos.

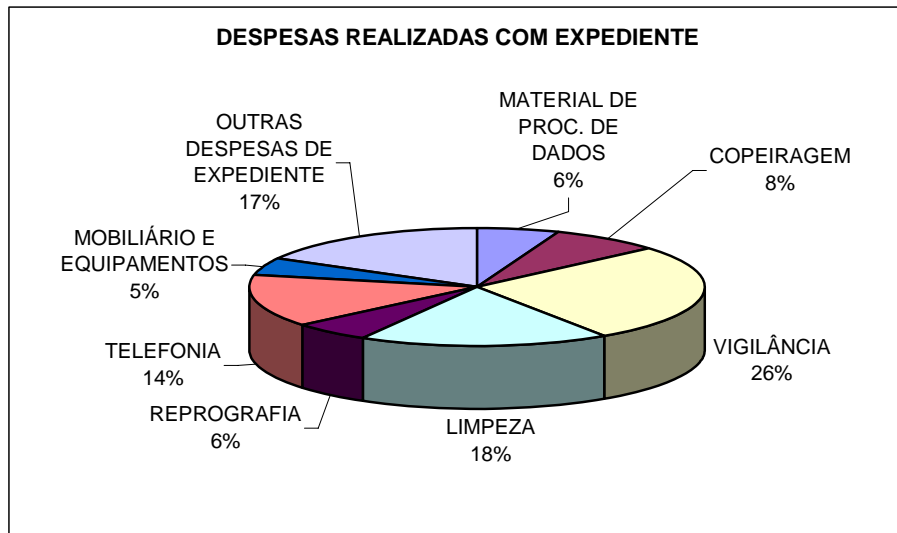
### **2.1.6 EXPEDIENTE**



Este item do plano interno é referente aos dispêndios diretamente ligados ao abastecimento diário do MPDFT, relacionando os materiais e serviços imprescindíveis à execução das atividades das diversas áreas do Órgão. Foram liquidados R\$ 7.374 mil, sendo destacadas a seguir as despesas de maior vulto:

- Material de Processamento de Dados R\$ 427,0 mil;
- Copeiragem R\$ 578,8 mil;
- Vigilância R\$ 1.987,6 mil;
- Limpeza R\$ 1.308,4 mil;

- Reprografia R\$ 411,1 mil;
- Telefonia R\$ 1.061,5 mil;
- Mobiliário e Equipamentos R\$ 352,1 mil;
- Outros R\$ 1.247,5 mil.



A seguir, realizou-se comparativo dos itens citados mais relevantes deste Plano Interno em relação ao exercício de 2004:

**COMPARATIVO DOS ITENS DE MAIOR  
RELEVÂNCIA EM EXPEDIENTE 2005/2004**

| ITENS                    | Em R\$ mil  |             |                           |
|--------------------------|-------------|-------------|---------------------------|
|                          | EXERCÍCIO   |             | %<br>2005/2004<br>(C=B/A) |
|                          | 2004<br>(A) | 2005<br>(B) |                           |
| Copeiragem               | 481,7       | 578,8       | 20,2                      |
| Vigilância               | 1.500,0     | 1.987,6     | 32,5                      |
| Reprografia              | 364,6       | 411,3       | 12,8                      |
| Telefonia                | 825,7       | 1.061,5     | 28,6                      |
| Mobiliário e Equipamento | 228,9       | 352,1       | 53,8                      |
| Limpeza                  | 1.032,2     | 1.308,4     | 26,8                      |
| TOTAL                    | 4.433,1     | 5.699,7     | 28,6                      |

O quadro acima evidencia aumento de 28,6% neste plano interno, crescimento este decorrente da inauguração do Edifício-Sede da Promotoria de Defesa da Infância e Juventude, originando despesas com contratação de garçons, copeiras e auxiliares de limpeza, aquisição de mobiliário em geral, cessão de linhas diretas e ramais, bem como reajustes de valores previstos nos contratos.

### **2.1.7 MANUTENÇÃO DA FROTA**

Na realização das tarefas diárias do Órgão foram gastos R\$ 424,5 mil com manutenção de 69 veículos, que percorreram 743.459 km. Foram ainda inscritos a pagar R\$ 56,7 mil. O aumento na despesa por veículo, de R\$ 5,7 mil em 2004 para R\$ 6,2 mil, deve-se à elevação do gasto com combustíveis, visto reajustes no preço da gasolina.

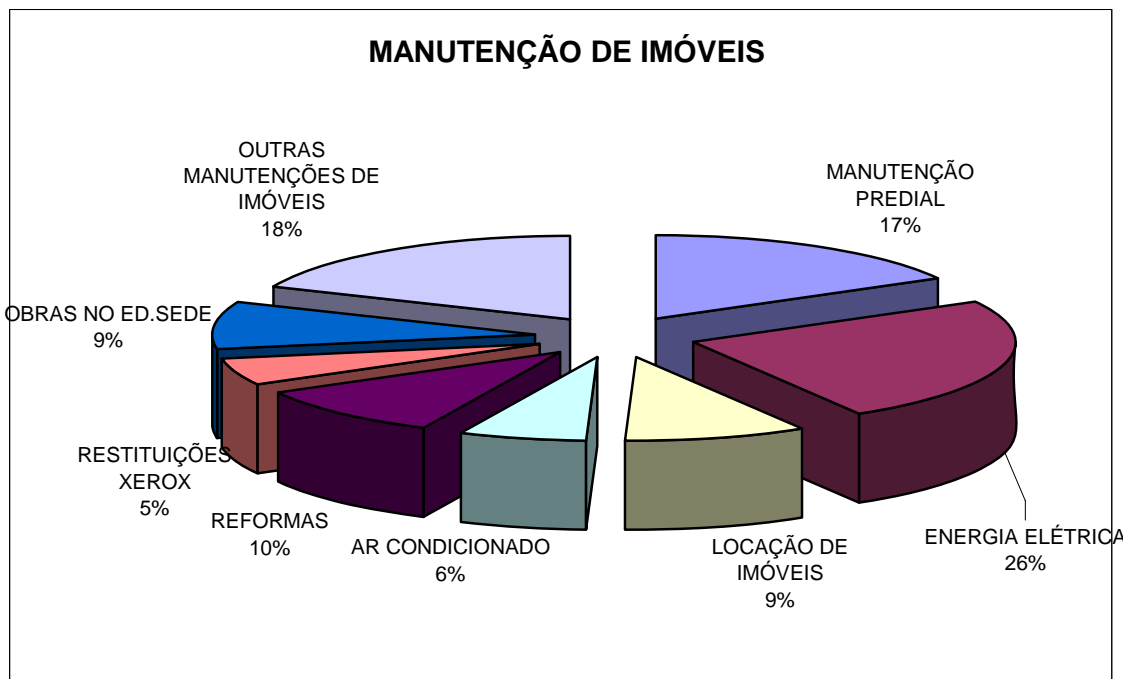
Com a finalidade de execução de serviços, foram adquiridos 9 veículos da marca FORD, modelo Fiesta Sedan, e 9 veículos tipo especial, sendo 1 Focus e 8 Marea, totalizando um investimento da ordem de R\$ 820,2 mil.

Comparativamente ao exercício anterior, que obteve uma dotação da ordem de R\$ 453,2 mil, em 2005 o MPDFT dispôs de R\$ 1.303,6 mil, uma elevação de aproximadamente 187%.

### **2.1.8 MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS**

As despesas inseridas nessa ação englobam todos aqueles serviços necessários ao funcionamento adequado das unidades do MPDFT, bem como a conservação de seu patrimônio imobiliário, que compreende o Edifício Sede, Infância e Juventude, as sedes das promotorias nas cidades satélites (Gama, Taguatinga) além das áreas cedidas pelo TJDF, IBAMA e daquelas alugadas junto à Xerox S/A – onde estão abrigados os departamentos responsáveis pela área meio do MPDFT. Para suprir as necessidades desse tipo de manutenção, o Plano Interno disponibilizou R\$ 5.185,5 mil, dos quais R\$ 5.178,3 mil foram efetivamente utilizados. As principais despesas podem ser traduzidas conforme discriminação abaixo:

- Manutenção Predial R\$ 809,8 mil;
- Energia Elétrica R\$ 1.180,6 mil;
- Locação de Imóveis R\$ 439,2 mil;
- Ar condicionado R\$ 308,8 mil;
- Reformas R\$ 480,5 mil;
- Manutenção do Edifício Xerox R\$ 252,4 mil;
- Obras no Edifício-Sede R\$ 447,1 mil.
- Outros R\$ 889,1 mil.



### 2.1.9 INFORMÁTICA

Este Plano Interno visa respaldar financeiramente tanto a manutenção dos serviços já disponíveis, bem como a evolução tecnológica da organização. Nesse sentido são contemplados o desenvolvimento de sistemas e redes, a aquisição de *softwares*, equipamentos, acessórios, materiais de consumo relacionados a processamento de dados, a manutenção de equipamentos e, ainda, o atendimento aos usuários finais dos serviços, buscando promover as condições necessárias ao atendimento adequado à sociedade do Distrito Federal e cidades do entorno.

No exercício de 2005 foram adquiridos 140 microcomputadores, os quais, somados ao saldo do estoque adquirido em 2004, resultaram na disponibilização de 496 novas máquinas aos servidores, agilizando assim a realização de suas atividades.

A dotação destinada à informática foi de R\$ 2.028,0 mil, uma redução R\$ 998,8 mil de em relação à do exercício de 2004 (R\$ 3.026,8 mil). Esse decréscimo deve-se à realocação do item “material de processamento de dados”, outrora constante da ação “Informática”, para as incumbências da ação “Expediente” – item 2.1.6. Inclui-se ainda nesse cenário, a menor

necessidade de substituição dos microcomputadores, considerando a grande aquisição realizada no exercício anterior.

Houve, entretanto, um incremento significativo na aquisição de impressoras laser e laser departamental, sendo adquiridas 62 e 16 unidades de cada uma delas, respectivamente, além de 60 impressoras jato de tinta, caracterizando uma modernização gradativa dos equipamentos. Na dotação destinada à aquisição de impressoras laser, verificamos um acréscimo de 83,97%, subindo de R\$ 60,5 mil em 2004 para R\$ 111,3 mil no exercício de 2005. O quadro a seguir, retrata o número de equipamentos conforme o tempo de disponibilização ao usuário:

### NÚMERO DE EQUIPAMENTO POR IDADE DO PARQUE COMPUTACIONAL EM 2005

| Em unidades          |                    |
|----------------------|--------------------|
| Idade do equipamento | Nº de equipamentos |
| Menos de 1 ano       | 496                |
| De 1 a 2 anos        | 98                 |
| De 2 a 3 anos        | 75                 |
| De 3 a 4 anos        | 129                |
| De 4 a 5 anos        | 173                |
| De 5 a 6 anos        | 73                 |
| De 6 a 7 anos        | 184                |
| De 7 a 8 anos        | 50                 |
| De 8 a 9 anos        | 60                 |
| 9 anos ou mais       | 25                 |
| <b>Total</b>         | <b>1.363</b>       |

O Departamento de Modernização Administrativa desenvolveu e implantou os seguintes *softwares* ao longo do exercício de 2005:

- **SISPROADM Web** – Desenvolvimento em plataforma Web do sistema de controle de processos administrativos;
- **CADMA** – Sistema de atividades do DMA. Sistema que gerencia os serviços internos do DMA;

- **PORTAL DO PROMOTOR** – Possibilidade de consultar: feitos e feitos com vistas; inquéritos em baixa; PIP's em andamento; informações jurídicas; estatística do promotor; processos administrativos; portarias do Procurador-Geral e da Direção-Geral; lotação de membros; aviso de substituição e de remoção e outras informações pessoais;
- **MALADIR** – Versão Web do sistema de Mala Direta, em Java;
- **OUVIDORIA** – Sistema de controle de solicitações da ouvidoria do MPDFT;
- **ELEIÇÃO DO CONSELHO** – Sistema de votação eletrônica para eleição do Conselho Superior;
- **SCA-ENGENHARIA** – Sistema de solicitações de serviços à engenharia;
- **CAOCRIM** – Update/Upgrade do sistema;
- **Cadastro de dados sobre a Violência Conjugal** – Entrada de dados das pesquisas sobre Violência Conjugal;
- **ESTATÍSTICA on-line** – Sistema on-line de estatística de feitos e atos praticados;
- **CÁLCULO SUPLEMENTAR** – Sistema de apoio ao cálculo de folhas retroativas.

## **2.2 – CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DO MPU**

Destina-se este Plano Interno à qualificação técnica-profissional de membros e servidores, visando aprimorar as atividades desenvolvidas, por meio de palestras motivacionais, cursos internos e externos e cursos de pós-graduação.

A dotação total disponibilizada para este Plano Interno foi da ordem de R\$ 541,5 mil que, em comparação à do exercício de 2004 (R\$ 449,9 mil), foi aproximadamente 20% superior.

Para dar continuidade ao Programa de Gestão de Competências e Habilidades, foram realizadas as palestras abaixo discriminadas:

| <b>Data</b> | <b>Evento</b>  | <b>Valor em R\$ mil</b> | <b>Número de Participantes</b> |
|-------------|--|-------------------------|--------------------------------|
| 15/03/05    | Como Conviver Bem Com Pessoas Que Você Não Suporta   | 6,8                     | 350                            |
| 18/03/05    | Palestra “Por que as mulheres engordam”              | 2,0                     | 70                             |
| 27/04/05    | O que faz o Brasil, Brasil?                          | 8,0                     | 350                            |
| 20/08/05    | Relacionamento Interpessoal para Servidores da PJT   | 5,9                     | 33                             |
| 05/10/05    | Apresentação do Pianista Arthur Moreira Lima         | 8,0                     | 500                            |
| 03/11/05    | Formação de equipe do DOF E DAE                      | 5,7                     | 40                             |
| 07/11/05    | O Papel da Comunicação no trabalho em Equipe         | 1,8                     | 25                             |
| 14/11/05    | Trabalho Coletivo (Iniciação de Promotores Adjuntos) | 2,0                     | 20                             |
| 06/12/05    | Palestra “Poder e Autoridade”                        | 8,0                     | 400                            |
|             |  | <b>48,2</b>             | <b>1.788</b>                   |

No que tange ao programa de pós-graduação, tivemos 18 cursos concluídos em 2005 e outros 17 terão continuidade em 2006. Ressaltamos que, para isso, o MPDFT executou o valor de R\$ 167,8 mil no decorrer do ano em questão. Considerando que o limite de gasto com pós-graduação é de R\$ 243,7 mil, correspondente a 45% do total deste programa, conforme estabelecido pela portaria PGJ nº 241, de 11 de março de 2003, observa-se o cumprimento das exigências legais.

No exercício de 2005 foram realizados 179 eventos de capacitação, sendo 100 externos e 79 internos, que beneficiaram 1.500 pessoas.

Destacamos também o projeto FALE (Facilitando o Aprendizado de Língua Estrangeira), que propiciou aulas de inglês para 5 turmas com 91 alunos inscritos.

| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 607,7   |
| Contingenciamento           | 66,2    |
| Crédito Suplementar         | 0,00    |
| Lei + Créditos              | 541,5   |
| Total Disponível            | 541,5   |
| Liquidado                   | 531,9   |
| Inscritos em Restos a Pagar | 8,3     |

|       |     |
|-------|-----|
| Saldo | 1,3 |
|-------|-----|

## 2.3 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-AMBULATORIAL E ODONTOLÓGICA

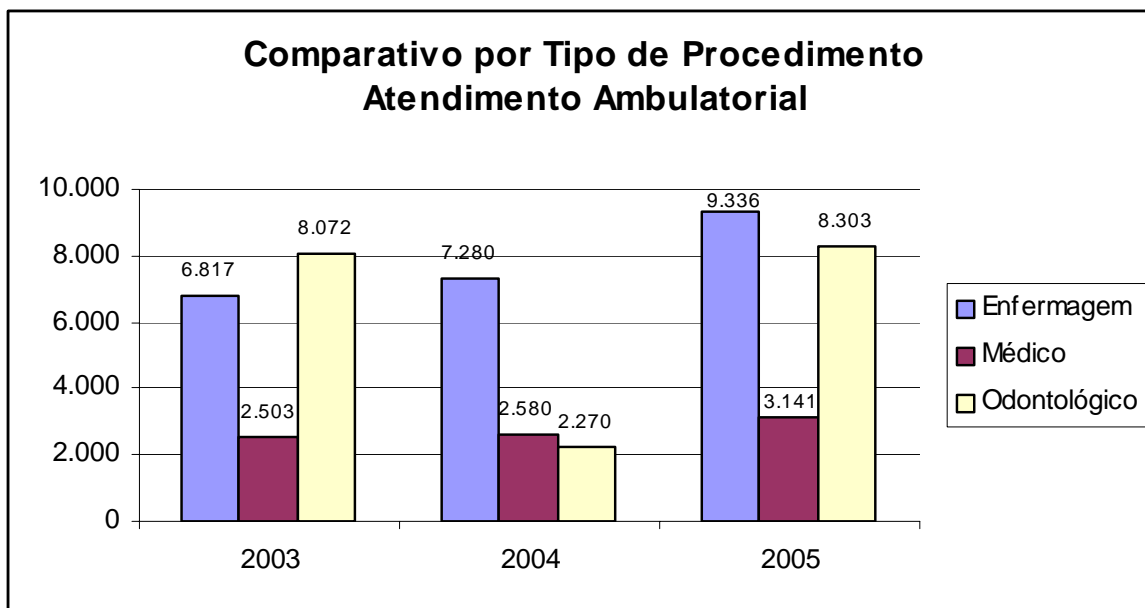
### 2.3.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Esta ação tem por finalidade controlar e acompanhar os serviços de assistência médico-odontológica e de enfermagem, prestados aos membros e servidores do Ministério Público do Distrito Federal.

Neste ano foi destinada uma dotação de R\$ 31,6 mil para este Plano Interno. Comparativamente ao ano de 2004, observamos um acréscimo da ordem de 21,5%, uma vez que a dotação para aquele exercício foi de R\$ 26,0 mil.

Analisando os números de procedimentos realizados, observa-se um crescimento no total de atendimentos dos três tipos. O quadro abaixo retrata em termos numéricos essas variações:

| TIPO DE PROCEDIMENTO | QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS NO EXERCÍCIO |               |               |
|----------------------|---|---------------|---------------|
|                      | 2003                                    | 2004          | 2005          |
| Enfermagem           | 6.817                                   | 7.280         | 9.336         |
| Médico               | 2.503                                   | 2.580         | 3.141         |
| Odontológico         | 8.072                                   | 2.270         | 8.303         |
| <b>TOTAL</b>         | <b>17.392</b>                           | <b>12.130</b> | <b>20.780</b> |



### 2.3.2 ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLÓGICO

Estão reunidos aqui todos os recursos destinados ao custeio parcial dos serviços médicos e odontológicos para membros e servidores, bem como a indenização com os mesmos. O termo “custeio parcial” é adotado pelo fato do orçamento utilizado neste Plano Interno ser composto por contribuições, recursos do Tesouro Nacional e pela participação no custeio efetuado na folha do beneficiário que utilizou o serviço.

Para o pagamento de 24.882 guias médicas e 3.076 guias odontológicas, nas mais diversas especialidades, atendendo assim a 887 titulares e 1.696 dependentes, foram utilizados a totalidade dos recursos recebidos do Tesouro Nacional (R\$ 1.638,5 mil), além de recursos Próprios do Plan-assiste (R\$ 2.890,9 mil).

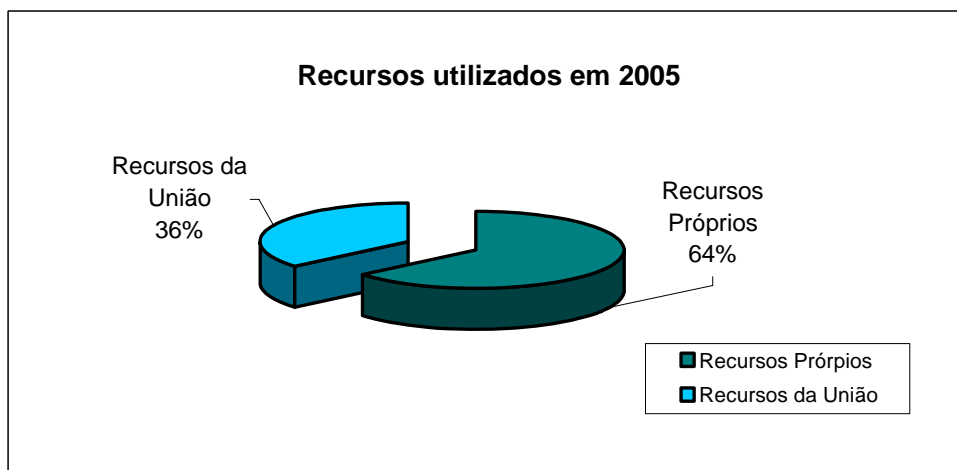
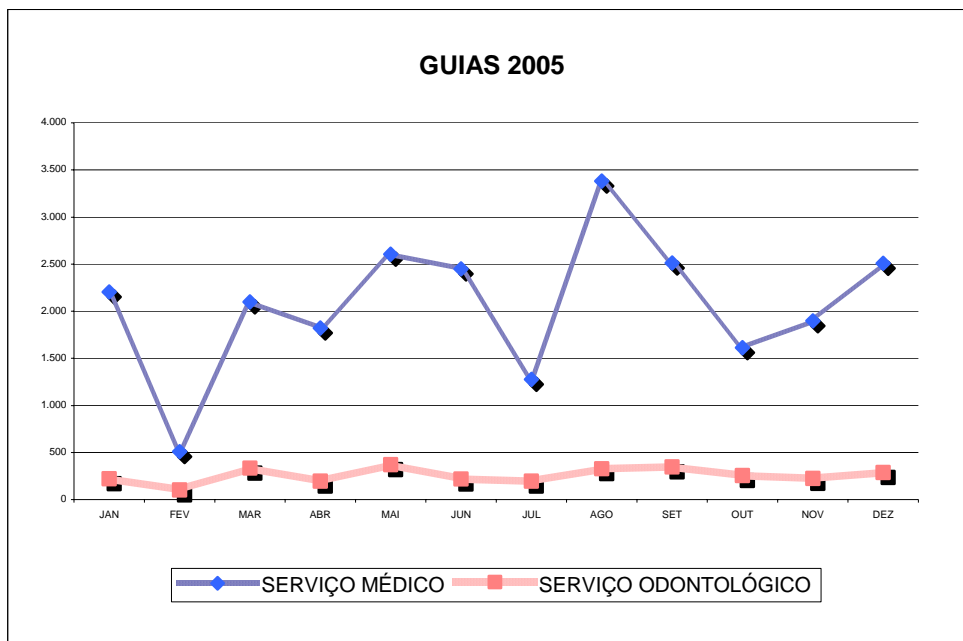
Abaixo demonstramos as guias pagas e respectivas especialidades bem como o fluxo de guias emitidas por tipo de atendimento.

| TIPO DE SERVIÇO<br>SERVIÇO MÉDICO | Em unidade    |
|-----------------------------------|---------------|
|                                   | Nº<br>GUIAS   |
|                                   | <b>24.882</b> |
| Acupuntura                        | 50            |
| Anestesia                         | 166           |

|   |        |
|---|--------|
| Cirurgia                                    | 230    |
| Consultas                                   | 11.408 |
| Eletroencefalografia                        | 21     |
| Endoscopia                                  | 78     |
| Exame de diagnóstico                        | 323    |
| Exame de laboratório                        | 4.104  |
| Exame radiológico                           | 2.907  |
| Fonoaudiologia                              | 153    |
| Internação clínica/cirúrgica                | 280    |
| Mamografia                                  | 7      |
| Medicina nuclear/radioterapia/quimioterapia | 4      |
| Outros                                      | 3.236  |
| Pequeno ato cirúrgico                       | 82     |
| Psicologia                                  | 384    |
| Ressonância magnética                       | 9      |
| Tabela SBH                                  | 376    |
| Tomografia computadorizada                  | 9      |
| Tratamento Clínico                          | 743    |
| Tratamento fisioterápico e reabilitação     | 312    |

Em unidade

| TIPO DE SERVIÇO                 | Nº GUIAS      |
|---------------------------------|---------------|
| <b>SERVIÇO ODONTOLÓGICO</b>     | <b>3.076</b>  |
| Atendimento inicial-diagnóstico |               |
| Cirurgia (exodontia)            | 29            |
| Consulta                        | 969           |
| Dentística                      | 539           |
| Endodontia                      | 123           |
| Odontopediatria                 | 367           |
| Ortodontia                      |               |
| Perícia                         | 6             |
| Periodontia                     | 127           |
| Prevenção                       | 39            |
| Prótese                         |               |
| Odonto-Radiologia               | 877           |
| Teste e exames de laboratório   |               |
| <b>Total Geral</b>              | <b>23.568</b> |

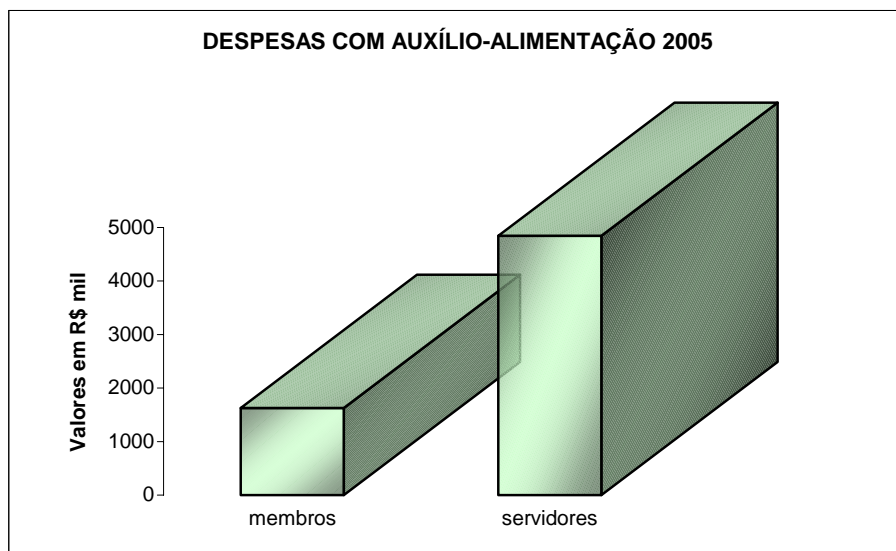


| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 1.459,6 |
| Contingenciamento           | 0,0     |
| Crédito Suplementar         | 178,9   |
| Lei + Créditos              | 1.638,5 |
| Total Disponível            | 1.638,5 |
| Liquidado                   | 1.638,5 |
| Inscritos em Restos a Pagar | 0,0     |
| Saldo                       | 0,0     |

## 2.4 – AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS

A Lei Orçamentária nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, destinou recursos no valor de R\$ 6.649,6 mil para o subsídio das despesas de refeição de 332 membros e 1.026 servidores.

Do total recebido, foram liquidados R\$ 6.473,2 mil, sendo R\$ 1.630,0 mil para membros e R\$ 4.843,2 mil para servidores, correspondentes a 99,98% do total percebido. Abaixo demonstramos graficamente os valores despendidos com cada categoria:



| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 6.079,6 |
| Contingenciamento           | 0,00    |
| Crédito Suplementar         | 570,0   |
| Lei + Créditos              | 6.649,6 |
| Total Disponível            | 6.649,6 |
| Liquidado                   | 6.473,2 |
| Inscritos em Restos a Pagar | 0,0     |

|       |       |
|-------|-------|
| Saldo | 176,4 |
|-------|-------|

Ressaltamos que o saldo orçamentário verificado nesta rubrica é justificável pela impossibilidade de efetivação de algumas nomeações previstas para 2005. Essa impossibilidade deve-se às restrições impostas pela discussão do enquadramento do MPDFT frente à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Decreto nº 3.917/01.

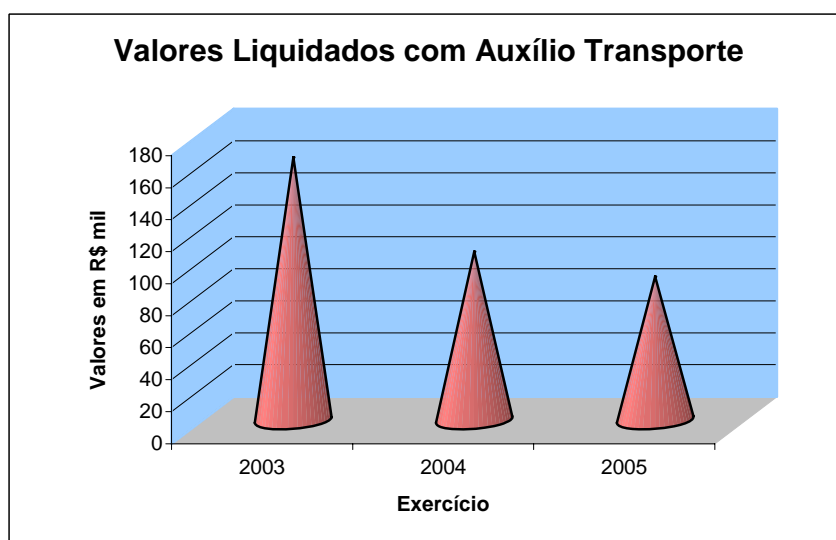
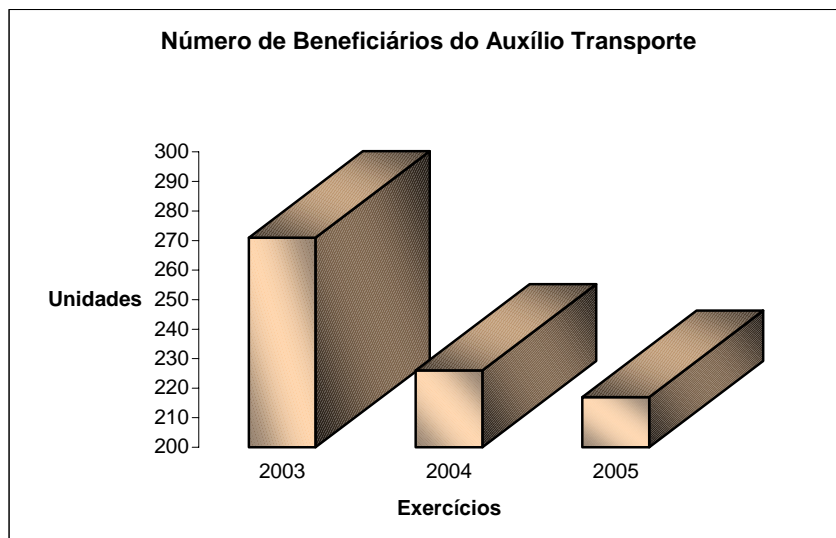
Cabe ainda observar que, conforme o parágrafo 1º da Lei nº 8.640/92, com redação dada pela Lei nº 9.527/97, a concessão do auxílio-alimentação é feita em pecúnia e tem caráter indenizatório.

## **2.5 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

A Portaria PGR nº 869, de 28 de dezembro de 1998, concedeu o custeio parcial de despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual aos servidores em exercício efetivo no MPU, para o deslocamento da residência ao local de trabalho e vice-versa.

A Lei Orçamentária Anual destinou R\$ 684,3 mil para o exercício de 2005. Deste total foram remanejados R\$ 570,0 mil, por intermédio da Lei nº 11.222, de 22 de dezembro de 2005, com o objetivo de atender outras necessidades prementes, restando uma dotação de R\$ 114,3 mil. Deste montante do Plano Interno foram utilizados R\$ 89,8 mil para o atendimento a 217 beneficiários.

A redução na utilização do auxílio-transporte ainda é reflexo da implantação do Plano de Cargos e Salários. Em várias situações, o desconto originado pelo auxílio supera o valor recebido, não compensando sua utilização, razão pela qual observou-se a redução do número de beneficiários e conseqüentemente dos valores executados.



| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 684,3   |
| Contingenciamento           | 0,00    |
| Crédito Suplementar         | (570,0) |
| Lei + Créditos              | 114,3   |
| Total Disponível            | 114,3   |
| Liquidado                   | 89,8    |
| Inscritos em Restos a Pagar | 0,0     |
| Saldo                       | 24,5    |

O saldo observado, deve-se à redução gradual, observada nos gráficos acima, dos pagamentos de auxílio-transporte aos servidores, frente à nova percepção salarial, integralmente implantada no exercício de 2005. Mesmo com os ingressos durante o exercício, a parcela líquida recebida tende a ser pouco representativa no conjunto da remuneração.

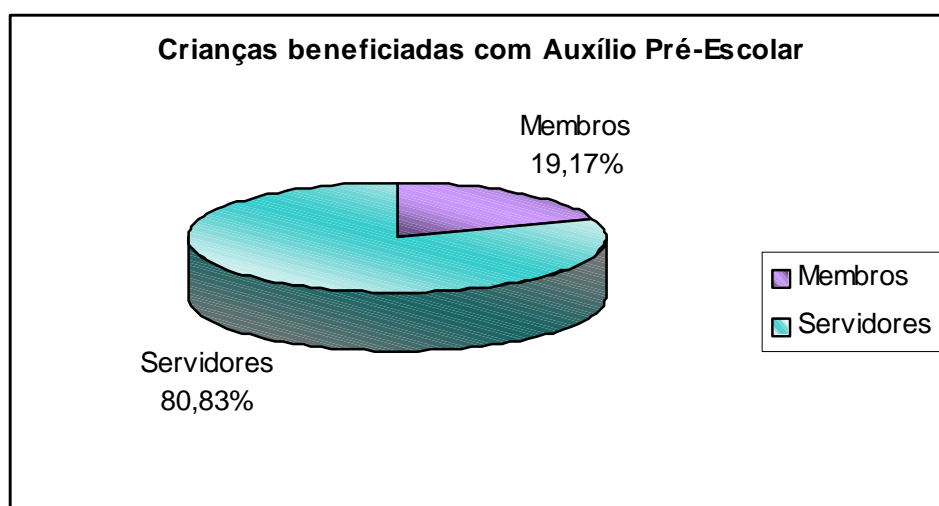
## **2.6 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES E EMPREGADOS**

A assistência pré-escolar tem por objetivo o auxílio a membros e servidores nas despesas com berçário, creche, maternal, jardim de infância e pré-escola, dos seus dependentes de 0 aos 6 anos de idade, conforme consolida a Portaria PGR nº 597, de 8 de novembro de 1984.

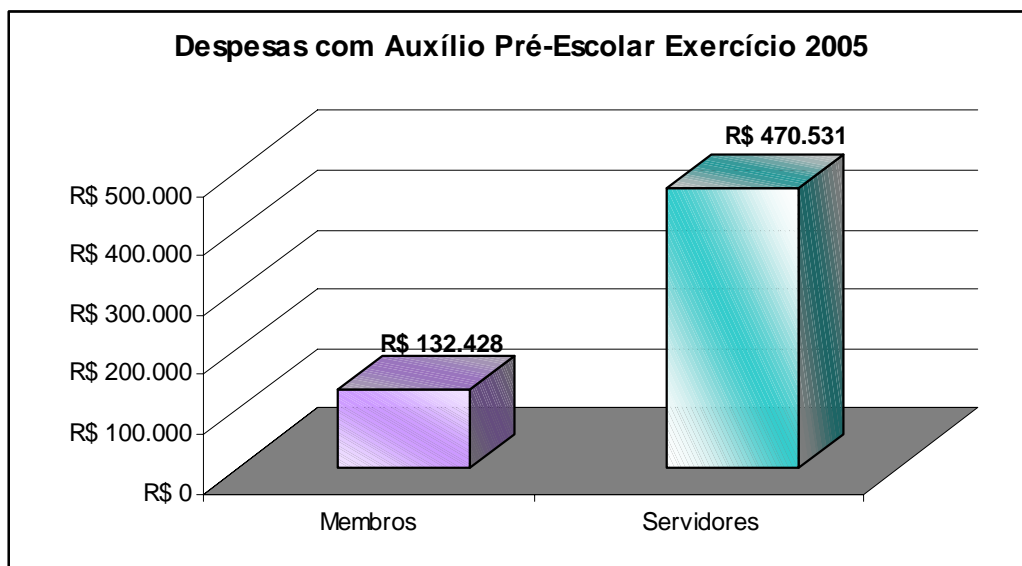
O valor do auxílio permanece em R\$ 150,00, conforme Portaria PGR nº 579, de 5 de outubro de 2004.

Os recursos aprovados na Lei Orçamentária nº 11.100/2005 de R\$ 867,6 mil, sofreram decréscimo de R\$ 264,6 mil, restando R\$ 603,0 mil para a execução das despesas do ano.

Neste exercício, foram beneficiadas 376 crianças, sendo 99 dependentes de membros e 282 dependentes de servidores, conforme gráfico a seguir.



Foram atendidos 80 membros e 224 servidores, que demandaram recursos da ordem de R\$603,0 mil, ou seja, 100,0% do orçado para o exercício, conforme representação a seguir:



| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 867,6   |
| Contingenciamento           | 264,6   |
| Crédito Suplementar         | 0,0     |
| Lei + Créditos              | 603,0   |
| Total Disponível            | 603,0   |
| Liquidado                   | 603,0   |
| Inscritos em Restos a Pagar | 0,0     |
| Saldo                       | 0,0     |

## 2.7 - PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA

Nesta rubrica, foram realizadas despesas relativas a proventos, pensão civil, adiantamento e quitação de 13º salário, decisões administrativas e judiciais.

Inicialmente a dotação para pagamento de pessoal inativo e pensionistas foi de R\$ 29.900,3 mil, sendo posteriormente alterada por créditos suplementares, autorizados pelas Portarias Ministeriais nº 421, de 01/08/2005, nº 651 de 13/12/2005 e nº 654 de 15/12/2006, totalizando, ao final do exercício, o montante de R\$ 32.205,1 mil.

| <b>Demonstrativo Orçamentário</b> | <b>R\$ mil</b> |
|-----------------------------------|----------------|
| Dotação inicial                   | 29.900,3       |
| Contingenciamento                 | 0,00           |
| Crédito Suplementar               | 2.304,8        |
| Lei + Créditos                    | 32.205,1       |
| Total Disponível                  | 32.205,1       |
| Liquidado                         | 32.164,6       |
| Inscritos em Restos a Pagar       | 0,0            |
| Saldo                             | 40,5           |

Além das despesas normais, destacamos aquelas que acarretaram pagamento de exercícios anteriores:

- Decisões judiciais referentes à incorporação de décimos/quintos – Mandado de Segurança nº 2003.00.2008758-7 e Decisão Administrativa do Procurador-Geral da República;
- Pagamento de anuênios retroativos;
- Pagamento de diferença de proventos diversos – revisão de aposentadorias;
- Pagamento de FC-Opção retroativa 2004 - Decisão TCU;

Os quadros a seguir detalham, mês a mês, os gastos do MPDFT com pessoal inativos e pensionistas no exercício de 2005:

RECURSOS LIQUIDADOS NO EXERCÍCIO DE 2005

R\$ mil

| Meses | Benefícios<br>(A) | Proventos /<br>Pensão Civil<br>(B) | Exercícios<br>Anteriores<br>(D) |
|-------|-------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| JAN   | 0                 | 2.200,6                            | 14,9                            |
| FEV   | 0                 | 2.218,3                            | 0                               |
| MAR   | 0                 | 2.253,5                            | 21,9                            |
| ABR   | 0                 | 2.220,1                            | -2,7                            |
| MAI   | 0                 | 2.217,4                            | 0                               |
| JUN   | 0                 | 3.318,1                            | 9,0                             |
| JUL   | 0                 | 3.597,9                            | -0,9                            |
| AGO   | 0                 | 2.382,6                            | -1,9                            |
| SET   | 0                 | 2.398,3                            | 0,6                             |
| OUT   | 0                 | 2.537,7                            | 158,3                           |
| NOV   | 0                 | 3.846,7                            | 352,6                           |
| DEZ   | 0                 | 2.422,5                            | -0,9                            |
| TOTAL | 0                 | 31.613,7                           | 550,9                           |

R\$ mil

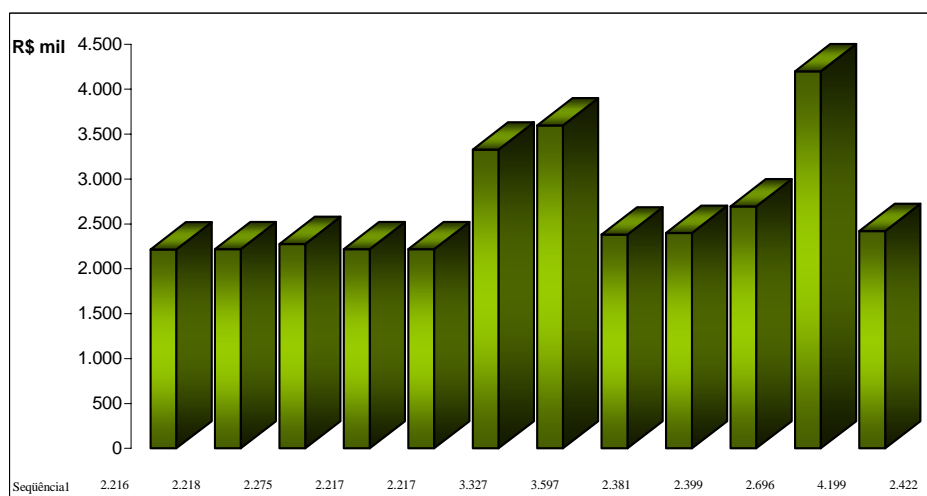
| Discriminação da Despesa                         | Valor Pago      | Orçamento executado<br>% |
|--|-----------------|--------------------------|
| Despesas normais do exercício<br>(A+B)           | 31.613,7        | 98,2                     |
| Exercícios anteriores<br>(D)                     | 550,9           | 1,7                      |
| <b>Total Executado</b>                           | <b>32.164,6</b> | <b>99,9</b>              |
|  |                 |                          |
| <b>Orçamento para 2005 + Créditos+ Provisões</b> | <b>32.205,1</b> | <b>100,0</b>             |
| <b>Saldo Orçamentário</b>                        | <b>40,5</b>     | <b>0,1</b>               |

As despesas com pessoal inativo e pensionistas somaram durante o ano o montante de R\$ 32.164,6 mil, sendo R\$ 24.039,3 mil com inativos, R\$ 7.574,4 mil com pensão civil e R\$ 550,9 mil de exercícios anteriores.

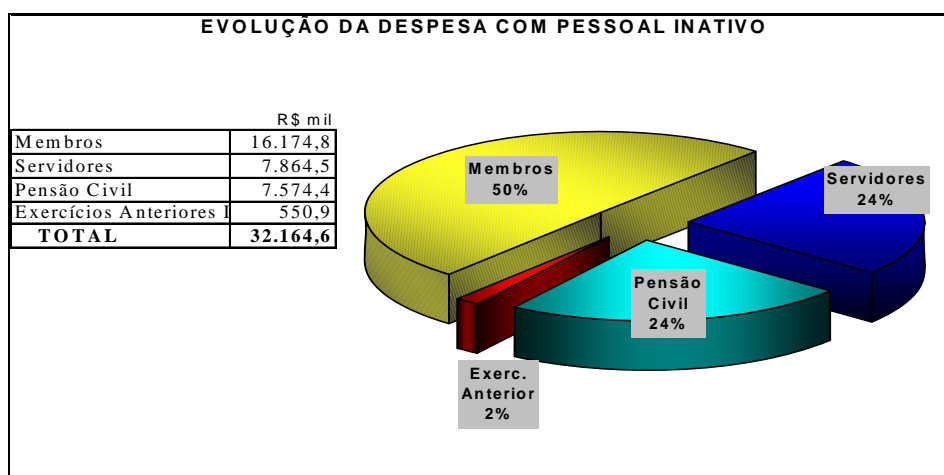
Em relação ao pagamento de inativos, R\$ 16.174,8 mil foram destinados a pagamento de membros e R\$ 7.864,5 mil a pagamento de servidores.

Em relação às despesas de exercício anteriores, a maior parte refere-se ao pagamento de revisão de aposentadorias devido aos membros.

## QUADRO DAS DESPESAS COM PESSOAL INATIVO E PENSÃO CIVIL



## EVOLUÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL INATIVO E PENSIONISTA EXERCÍCIO DE 2005



O quadro a seguir demonstra o quantitativo físico de inativos e pensionistas comparado ao do exercício de 2004.

### Quantitativo Físico de Inativo

| <b>Membros</b>               | <b>Dezembro/04</b> | <b>Dezembro/05</b> | <b>Varição</b> |
|------------------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Procuradores e Promotores    | 63                 | 65                 | 2              |
| <b>Servidores</b>            | <b>Dezembro/04</b> | <b>Dezembro/05</b> | <b>Varição</b> |
| Servidores                   | 72                 | 72                 | 0              |
| Total                        | 72                 | 72                 | 0              |
| <b>Total Inativos/Pensão</b> | <b>Dezembro/04</b> | <b>Dezembro/05</b> | <b>Varição</b> |
| <b>Total Geral</b>           | 135                | 137                | 2              |

### Quantitativo Físico de Pensionistas

| <b>Membros</b>            | <b>Dezembro/04</b> | <b>Dezembro/05</b> | <b>Varição</b> |
|---------------------------|--------------------|--------------------|----------------|
| Procuradores e Promotores | 35                 | 36                 | 0              |
| <b>Servidores</b>         | <b>Dezembro/04</b> | <b>Dezembro/05</b> | <b>Varição</b> |
| Servidores                | 25                 | 25                 | 0              |
| <b>Total Geral</b>        | 60                 | 61                 | 1              |

Cumpramos ressaltar que, a partir do exercício de 2005 foi inserida no orçamento uma nova ação, com o intuito de assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais. As despesas com esta ação no referido exercício foram da ordem de R\$ 29.239,0 mil.

## 2.8 –CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROMOTORIA DE DEFESA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

A Lei Orçamentária Anual destinou inicialmente recursos da ordem de R\$ 3.000,0 mil para este projeto. Posteriormente, com a Lei nº 11.222, de 22 de dezembro de 2005, houve um cancelamento de R\$ 407,8 mil, restando para execução R\$ 2.592,2 mil.

A dotação disponível foi liquidada no percentual de 99,97%, culminando com a conclusão da totalidade da obra, tendo a mesma sido inaugurada em 29 de julho de 2005 e contando com uma área construída de 4.924,57m<sup>2</sup>. O prédio abriga, além das 14 Promotorias da Infância e Juventude, 2 Promotorias de Defesa do Cidadão, 2 Promotorias de Defesa da Educação, a Comissão de Segurança Escolar, o Núcleo de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes e, ainda, o Arquivo Central do MPDFT. Dentre os benefícios oriundos da construção das sedes próprias das promotorias citamos:

- melhores condições de trabalho para membros e servidores, com gabinetes individualizados, salas amplas, móveis planejados e climatização, o que possibilita um atendimento adequado ao cidadão, seja nas oitivas informais, nos plantões de adolescentes apreendidos ou no esclarecimento de dúvidas;
- espaço adequado onde o cidadão aguarda pelo atendimento, com poltronas, televisão e água;
- gabinete reservado para assistência jurídica, onde são orientados os adolescentes ou notificados para oitiva informal, bem como seus familiares;
- possibilidade de atendimento especializado na área de infância e juventude, com criação de sala de atendimento lúdico para crianças e adolescentes, fraldário e banheiros adaptados;
- possibilidade, com a sala de múltiplo uso, de realização de palestras, seminários e treinamentos direcionados à rede de atenção à infância e juventude, para um público de até 80 pessoas;
- segurança de membros e servidores no exercício de suas atribuições, em virtude da existência de equipe de vigilância e detector de metais.



Demonstrativo Orçamentário

R\$ mil

|                             |         |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 3.000,0 |
| Contingenciamento           | 0,00    |
| Crédito Suplementar         | (407,8) |
| Lei + Créditos              | 2.592,2 |
| Total Disponível            | 2.592,2 |
| Liquidado                   | 2.562,5 |
| Inscritos em Restos a Pagar | 29,0    |
| Saldo                       | 0,7     |

## **2.9 – CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM PLANALTINA**

Esta obra contou com uma dotação de R\$ 822,2 mil autorizada pela Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005, além dos créditos adicionais oriundos da Portaria PGR nº 92 de 08 de março de 2005 (R\$ 82,0 mil) e das Leis nº11.157/2005 e nº11.222/2005 (R\$ 2.603,8 mil e R\$ 400,0 mil) resultando numa dotação final de R\$ 3.908,0 mil. Quando finalizado, o edifício contará com uma área construída de 4.500m<sup>2</sup>, sendo sua inauguração prevista para maio de 2006.

No exercício de 2005 foi liquidada a totalidade dos recursos disponibilizados para a execução desta obra. Estão descritos abaixo os percentuais concluídos de cada um dos serviços realizados:

- Projetos: 100,00%;
- Serviços Gerais: 70,41%;
- Preparações do Terreno: 100,00%;
- Fundações: 100,00%;
- Estrutura de Concreto: 100,00%;
- Instalações: 36,15%;
- Elevador: 77,54%;
- Paredes: 100,00%;
- Coberturas: 100,00%;
- Esquadrias: 21,02%;
- Revestimentos: 58,63%;

- Tratamentos: 99,16%;
- Pavimentação: 73,25%;
- Limpeza: 45,00%.

As fotos seguintes demonstram o estágio da obra:



| Demonstrativo Orçamentário | R\$ mil |
|----------------------------|---------|
| Dotação inicial            | 822,2   |

|                             |         |
|-----------------------------|---------|
| Contingenciamento           | 0,0     |
| Crédito Suplementar         | 3.085,8 |
| Lei + Créditos              | 3.908,0 |
| Total Disponível            | 3.908,0 |
| Liquidado                   | 1.754,7 |
| Inscritos em Restos a Pagar | 2.153,3 |
| Saldo                       | 0,0     |

## **2.10 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA EM SAMAMBAIA**

Para o exercício de 2005, a Lei Orçamentária Anual previu apenas R\$ 100,0 mil para a construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária de Samambaia. O prédio disporá de 4.600m<sup>2</sup> e tem sua inauguração prevista para novembro de 2006.

Para suplementar o crédito inicial disponibilizado para a obra, a Portaria PGR nº 92 de 08 de março de 2005, a Lei nº11.157/05 e a Lei nº11.222/05 autorizaram, respectivamente, R\$ 10,0 mil, R\$ 1.390,0 mil e R\$ 1.685,0 mil, totalizando o valor de R\$ 3.185,0 mil.

Entretanto, após o contingenciamento de R\$ 600,0 mil, conforme determinação definida pela Lei de Responsabilidade Fiscal, restaram para execução R\$ 2.585,0 mil, que foram liquidados em sua totalidade.

O valor total foi inscrito em restos a pagar e corresponde a:

- Projetos: 16,88%;
- Serviços Gerais: 53,83%;
- Preparação do Terreno: 98,74%;
- Infraestrutura: 100,00%;
- Estrutura de concreto: 74,65%;
- Tratamentos: 19,58%;
- Limpeza: 45,83%.



| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 100,0   |
| Contingenciamento           | (600,0) |
| Crédito Suplementar         | 3.085,0 |
| Lei + Créditos              | 2.585,0 |
| Total Disponível            | 2.585,0 |
| Liquidado                   | 1.018,4 |
| Inscritos em Restos a Pagar | 1.566,6 |
| Saldo                       | 0,0     |

## 2.11 – CONSTRUÇÃO DO ED. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA NO PARANOÁ

Com intuito de iniciar a construção do Edifício-Sede da Promotoria de Justiça na Circunscrição Judiciária do Paranoá foram alocados neste projeto, por intermédio da Lei Orçamentária sancionada, R\$ 100,0 mil. Este orçamento foi suplementado posteriormente pela Lei Orçamentária nº 11.222 de 22 de dezembro de 2005, em R\$ 407,8 mil.

Do total de R\$ 507,8 mil disponível para execução foram liquidados R\$ 58,4 mil no exercício de 2005, correspondendo à etapa de estudos e projetos. Permaneceu para execução em 2006, sendo inscrito em restos a pagar, o valor de R\$ 449,4 mil.

| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil |
|-----------------------------|---------|
| Dotação inicial             | 100,0   |
| Contingenciamento           | 0,00    |
| Crédito Suplementar         | 407,8   |
| Lei + Créditos              | 507,8   |
| Total Disponível            | 507,8   |
| Liquidado                   | 58,4    |
| Inscritos em Restos a Pagar | 449,4   |
| Saldo                       | 0,00    |

A Sede da Promotoria de Justiça da Circunscrição Judiciária do Paranoá dispõe da projeção na qual será edificada a futura sede, com obras de infra-estrutura previstas para janeiro de 2006. As fotos a seguir retratam o local da projeção:



## 2.12 – CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DO ED.SEDE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF

Como descrito em relatório anterior, o projeto de construção da 2ª etapa do Edifício-Sede estava previsto quando da época da construção da atual sede do Órgão, entre 1992 e 1993, com a previsão do anexo do Edifício Sede. Frente às dificuldades e restrições orçamentárias e financeiras, mostrou-se mais viável, em uma primeira fase de execução do projeto, limitar sua implantação a um dos anexos, atendendo às necessidades mais prementes da instituição.

Esta obra é de extrema importância, pois trará possibilidade de reunir membros e servidores da instituição, pois com o crescimento natural do MPDFT, houve a necessidade de deslocar servidores do Edifício-Sede do MPDFT, para exercerem suas funções no Edifício Xerox e no Edifício do IBAMA.

A Lei Orçamentária disponibilizou inicialmente para o exercício de 2005 o montante de R\$ 5.288,8 mil, sofrendo, posteriormente as seguintes reduções: Pela Portaria PGR nº 92, de 08 de março de 2005, o valor R\$ 92,0 mil, pela Lei nº11.157/2005, o valor de R\$ 3.993,8 mil e pela Lei nº11.222/2005 o valor de R\$ 1.200,00 mil, totalizando R\$ 5.285,8 mil.

A magnitude dos cortes na dotação destinada à obra é justificável pela impossibilidade de utilização dos recursos, uma vez que os projetos não obtiveram aprovação por parte da Administração de Brasília. Dessa forma, os recursos foram remanejados para outras obras já em andamento a fim de proporcionar seu melhor aproveitamento e evitar sobras orçamentárias.

Assim, a dotação disponível fixou-se em R\$ 3,0 mil, dos quais foram utilizados em projetos R\$ 2,5 mil, conforme demonstrado abaixo:

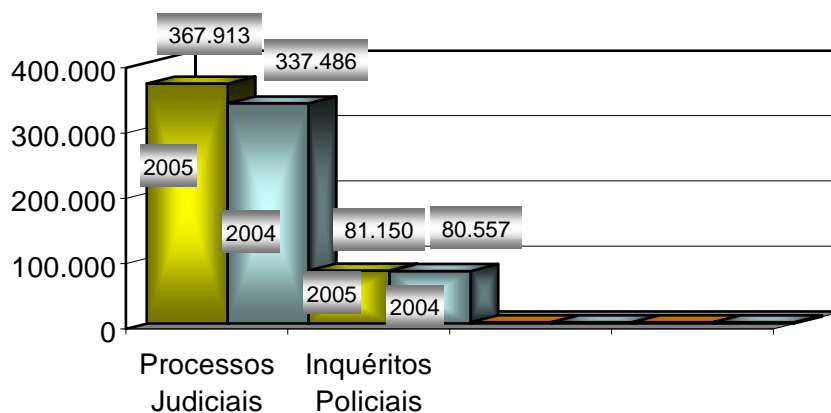
| Demonstrativo Orçamentário  | R\$ mil   |
|-----------------------------|-----------|
| Dotação inicial             | 5.288,8   |
| Contingenciamento           | 0,00      |
| Crédito Suplementar         | (5.285,8) |
| Lei + Créditos              | 3,0       |
| Total Disponível            | 3,0       |
| Liquidado                   | 2,5       |
| Inscritos em Restos a Pagar | 0,0       |
| Saldo                       | 0,5       |

### 3 - RESULTADO DA ATIVIDADE FIM DA UNIDADE GESTORA

Ao Ministério Público cabe a tarefa defender a ordem jurídica, o regime democrático, e os interesses sociais e individuais indisponíveis, agindo por meio dos princípios da legalidade e moralidade. Tais atribuições, conferidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Complementar nº 75/93, garantem sua atuação junto à justiça de primeira e segunda instância do DF, com o intuito de impedir que pessoas sejam lesadas em seus direitos e garantias.

A excelência em termos de divulgação institucional permite à sociedade conhecer a verdadeira função do Ministério Público, visto como Instituição defensora dos direitos dos indivíduos, agindo sempre que houver ameaça ou lesão ao direito.

Prova desta intensa busca pelas garantias dos direitos é que o MPDFT, no exercício de 2005, foi chamado a pronunciar-se em 449.063 processos, o que representa um crescimento de aproximadamente 7% de processos analisados em relação ao exercício anterior que foi de 418.043 processos analisados, conforme demonstrado no quadro de movimentação processual a seguir:



Os atos praticados pelo MPDFT em 2005 totalizaram 725.981, representando um crescimento em torno de 12,0%, em relação aos praticados no ano de 2004, da ordem de 639.574.

Destacamos a seguir algumas das ações implementadas pelo Ministério Público no ano de 2005:

- Ministério Público de Portas Abertas - 3ª edição, dando continuidade ao evento que tem como finalidade aproximar o Ministério Público da sociedade, dando oportunidade às pessoas de conhecerem as diversas promotorias, ficando mais acessível à busca pelo direito ferido, tornando o processo mais célere uma vez que, sabendo aonde procurar por auxílio evitam ações indevidas e ainda, pode diminuir a morosidade do trâmite processual. No ano de 2005, o evento foi realizado em Taguatinga .
- O Ministério Público cumprindo o papel que lhe é conferido pela Constituição Federal, propôs diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade , abaixo destacamos algumas:
  - Contra os decretos distritais que dispunham sobre as Políticas Públicas de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do Governo do Distrito Federal. Os decretos, expedidos pelo governador do Distrito Federal, extrapolaram o conteúdo das leis a que se referiam e desrespeitaram a competência da Câmara Legislativa do Distrito Federal para legislar sobre Política Habitacional. Além disso, por autorizarem a distribuição de áreas públicas para famílias carentes, os Decretos contrariaram a exigência contida na LODF de que alienação ou cessão de direitos sobre bens imóveis do Distrito Federal deve ser precedida de autorização da Câmara Legislativa;
  - Contra lei distrital que previa a desafetação de áreas públicas na Região Administrativa de Ceilândia e no Setor de Grandes Áreas Norte (SGAN), com o intuito de destiná-las ao Programa de Desenvolvimento Social e a uso coletivo. A referida lei descumpriu a exigência de prévia audiência da população interessada e demonstração de motivo excepcional para desafetação das áreas;
  - Contra leis distritais que dispunham sobre o aproveitamento de empregados públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Distrito Federal. Tal aproveitamento desrespeita o princípio constitucional do concurso público como modo de acesso a cargos e empregos públicos;

- Contra lei que previa a alienação, a particulares, de imóveis públicos situados na Vila Planalto. Por tratar da disponibilização de bens públicos imóveis por parte da Administração, para fins de alienação, não se observou a iniciativa privativa do Governador do Distrito Federal para provocar o processo legislativo sobre a matéria. Além disso, não se atendeu à exigência prévia de licitação para a alienação de bens públicos a particulares;
- Contra a lei que promovia a regularização da invasão da Vila Estrutural. O Ministério Público ressaltou na ação a ocupação desordenada do solo urbano, os graves danos já causados ao meio ambiente e os riscos à saúde dos ocupantes da área, comprovadamente imprópria para moradia;
- Contra as leis que previam a doação de áreas públicas, sem licitação, a entidades religiosas;
- Contra as leis que tratam da cobrança pela ocupação de áreas públicas (varandas e subsolo), por vício de iniciativa;
- Criação do Espaço Humanidade com a finalidade de reflexão permanente sobre os Direitos Humanos, contendo o Núcleo de Enfrentamento à violência e à Exploração sexual contra a criança e o adolescente, Núcleo de Gênero Pró-Mulher e o Núcleo de Enfrentamento a Discriminação;
- Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Mulher – Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, foi lançada uma Campanha Educativa para minimizar a ocorrência de estupro e orientar vítimas desse tipo de crime, com distribuição de folderes e banners em pontos estratégicos do DF. A campanha foi feita em parceria com a Delegacia Especial de Atendimento a Mulher - DEAM, e com o Conselho de Defesa da Mulher – CDM;
- Curso de Promotoras Legais Populares do DF – 1ª edição do projeto que consiste na capacitação de líderes comunitárias em noções de direito e cidadania, com enfoque em direitos humanos;
- MPDFT contra a Corrupção – Debate realizado com o intuito de troca de experiências e apresentação de propostas com foco nos temas Corrupção e

Crime Organizado, Cooperação - Um Exemplo Positivo, Recuperação de Ativos como Ferramenta de Combate ao Crime e Combate à Lavagem de Dinheiro;

- “A Escola e o Adolescente em Conflito com a Lei” – curso de extensão que teve por objetivo propiciar o conhecimento de um novo paradigma na construção da cidadania, promovendo ações educativas e buscando conscientizar os atores sobre a condição peculiar da pessoa em desenvolvimento que se encontra em situação de conflito com a lei;
- Projeto DiÁLOGOS – Continuidade do projeto com finalidade de repensar junto a instituição e a possibilidade de construir coletivamente novos rumos. Em sua etapa Política de Atuação 2005/2006, O Projeto ofereceu subsídios para escolha de metas e estratégias de atuação da instituição em suas diversas áreas e tem por objetivo trabalhar com critérios de prioridade e planejamento, estabelecendo parâmetros de atuação da Instituição diante das aspirações da sociedade do Distrito Federal. Dentre as metas elencadas, estão: meio ambiente e patrimônio cultural, infância e juventude, família e educação;
- Lançamento da Cartilha do Seguro Obrigatório – DPVAT, com esclarecimentos a respeito da utilização e dos direitos garantidos pelo referido seguro;
- Programa Pai Legal – Continuidade do programa, que foi considerado como referência pela revista Época. No ano de 2005, destacou-se o resultado obtido pelo programa no atendimento à comunidade da Vila Estrutural;
- A Promodoria de Defesa do Idoso – Prodide – Interdita abrigo de idosos no Riacho Fundo e cria o Programa de Estágio Especial para motoristas e cobradores de ônibus, para garantir os direitos dos idosos e dos portadores de deficiência, e ainda, cria o projeto Abrigo Legal e avalia a situação dos abrigos para idosos no DF;
- Ação deflagrada pela Promotoria de Justiça de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência, na Farmácia de Alto Custo do Hospital de Base de Brasília,

resulta em benefícios para a população. O atendimento a idosos, deficientes e gestantes foi exigido, garantindo o atendimento prioritário àqueles assegurados por Lei;

- **O MPDFT propôs Ação Civil Pública, com pedido de liminar, para anular o convênio firmado entre a Secretaria de Transportes, Transporte Urbano do DF - DFTrans e a Federação das Cooperativas dos Transportes Autônomos e Alternativos de Brasília e DF – Fecootab, por entenderem que o convênio, tal como firmado, representa a delegação do poder de fiscalização, exclusivo do Estado, a uma entidade privada que congrega os próprios fiscalizados;**
- Central de Medidas Alternativas – Inauguração das centrais de Brasília, Paranoá, Planaltina, Santa Maria e Sobradinho, prestando um serviço de excelência na aplicação de medidas e penas alternativas no Brasil;
- A Promotoria de Saúde - Instaurou inquérito civil público para apurar denúncias veiculadas na imprensa local e nacional a respeito de distribuição de medicamentos com a data de validade vencida.

# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Ministério Público é incumbido da defesa judicial do estado democrático de direito, da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Utilizando-se de sua autonomia funcional e administrativa, propôs-se por meio da Lei nº 10.771/02, a criação de novas vagas de servidores de carreira para o MPU, a serem providas através de concurso público, escalonadas até o exercício de 2008. Tal lei possibilitou o ingresso de analistas e técnicos ao quadro do Órgão, aprimorando a qualidade no atendimento à sociedade.

Diariamente cresce o número de novas promotorias, face ao número elevado de reclamações advindas da sociedade por direitos e garantias fundamentais, fato esse que acontece devido ao amplo trabalho de divulgação institucional realizado pelo Ministério Público. Essa crescente demanda pelos serviços do Órgão implica também no aumento do número de Promotores de Justiça Adjuntos, mediante realização de concurso público, suprindo assim a necessidade premente de criação das citadas promotorias.

Devido a esse crescente aumento da demanda por parte da sociedade o Ministério Público preocupado em atender melhor e tentando facilitar o acesso de todos aos seus serviços, está empenhado em construir suas sedes nas diversas cidades satélites do Distrito federal.

O MPDFT, visando fornecer um atendimento adequado e de maior qualidade, procurou qualificar seus servidores com realização de vários cursos internos e externos, preocupando-se também com o bem estar dos que aqui trabalham, de forma que foram realizados eventos de valorização, de ambientação de grupo, palestras motivacionais e outros buscando aumentar a auto-estima e a qualidade de vida.

Finalizamos com a certeza do dever cumprido, pois mesmo tendo que seguir os ditames do Governo Federal, originando contingenciamento de recursos, impedindo o andamento das obras de sedes próprias que visam melhor acomodação de membros e servidores, dando melhores condições de trabalho, o Ministério Público continua desempenhando suas atribuições provenientes de preceitos constitucionais, como pode ser observado nas inúmeras ações diretas de inconstitucionalidade, programas e projetos desenvolvidos e colocados em prática pelas promotorias, mostrando que cada vez mais primamos pela excelência e qualidade do atendimento às demandas e reclames da sociedade.

Como em todos os anos pode ser verificado que o MPDFT executou o seu orçamento quase que em sua totalidade (99,85%), sugerindo que os recursos foram geridos corretamente e com responsabilidade fiscal, demonstrando o comprometimento dos executores e a preocupação constante com os princípios que norteiam a Administração Pública.

---

**ANTONIO MARCOS DEZAN**

**Diretor-Geral do MPDFT**

# **ANEXOS**